



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 14/2017

Cria a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Auditores de São Tomé e Príncipe.(OTOCA).

ASSEMBLEIA NACIONAL**Lei n.º 12/2017****Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Auditores – OTOCA****Preâmbulo**

A criação da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Auditores e a aprovação do seu Estatuto enquadra-se juridicamente nos princípios consagrados no Decreto-Lei n.º 17/94, de 30 de Junho, que definiu as bases de criação e regime jurídico que organiza as Profissões Liberais de Revisor Oficial de Contas e/ou Contabilistas de São Tomé e Príncipe.

A situação actual do exercício das profissões de contabilistas e auditores em São Tomé e Príncipe aconselha, ainda, que se estabeleça um regime transitório de exercício da profissão, período necessário ao reforço do nível e capacidades técnicas dos contabilistas e auditores, bem como do funcionamento da própria Ordem que, numa primeira fase, é assegurada por uma Comissão Instaladora.

Assim, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição da República, o seguinte:

Artigo 1.º
Criação

1. É criada a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Auditores de São Tomé e Príncipe, abreviadamente designada OTOCA ou simplesmente Ordem, e aprovado o respectivo Estatuto, que faz parte integrante da presente Lei.

2. Nenhuma outra entidade pode adoptar ou fazer uso do nome estipulado no presente Diploma, ou de outros similares que sejam susceptíveis de induzir em erro ou causar qualquer confusão com o mesmo.

3. A presente Lei constitui base suficiente para a efectivação da OTOCA, de todos os actos de registo a ela relativos que se mostrarem necessários.

Artigo 2.º
Competência de Certificação

Cabe à Ordem, em regime exclusivo para todo o território nacional, a certificação de todos os profis-

sionais de contabilidade e auditoria, bem como das sociedades de contabilistas e auditores, os quais não podem exercer a sua actividade em São Tomé e Príncipe sem a referida certificação.

Artigo 3.º
Regime Transitório

É fixado um período transitório de seis meses a contar da data de publicação do presente Diploma, durante o qual as funções próprias dos órgãos da Ordem são asseguradas por uma Comissão Instaladora.

O prazo do período transitório pode ser prorrogado por igual período, por iniciativa da Comissão Instaladora desde que não tenham sido ainda concluídos os trabalhos para a realização da Assembleia-Geral e eleições dos Órgãos da Ordem.

Durante o período transitório, vigora o Estatuto da Comissão Instaladora que é aprovada pela Comissão e publicado no Diário da República.

Artigo 4.º
Norma Revogatória

Fica revogado o Decreto-Lei n.º 17/94, de 30 de Junho, que organiza as Profissões Liberais de Revisor Oficial de Contas ou de Contabilista, publicado no Diário da República n.º 7, de 30 de Junho e todas as disposições legais que contrariem o disposto na presente Lei.

Artigo 5.º
Entrada em Vigor

A presente Lei entra em vigor nos termos legais.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 26 de Maio de 2017.- O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*.

Promulgado em 27 de Junho de 2017.

Publique-se.

O Presidente da República, *Evaristo do Espírito Santo Carvalho*.

**ESTATUTO DA ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS E AUDITORES –
OTOCA**

**CAPÍTULO I
Parte Geral**

**Secção I
Disposições Gerais**

**Artigo 1.º
Natureza**

1. A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Auditores de São Tomé e Príncipe, adiante designada por Ordem, é uma pessoa colectiva de Direito Público sem fins lucrativos, dotada de autonomia financeira e patrimonial.

2. A Ordem é independente do Estado, regendo-se pelo presente Estatuto, pelos regulamentos e normas que venha a aprovar e pela Lei geral aplicável.

3. É em absoluto vedado o uso, por qualquer outra entidade pública ou privada, da designação constante do presente Estatuto, ou de outras similares que sejam susceptíveis de induzir em erro ou causar confusão, a quaisquer outras entidades.

**Artigo 2.º
Fins**

1. A Ordem tem a finalidade essencial de superintender em todos os aspectos atinentes ao acesso, estatuto e exercício das profissões de contabilistas e auditores, atentos a relevância e interesse público de que as mesmas se revestem, bem como promover a obtenção dos mais elevados padrões profissionais e níveis de desempenho, nos termos da Lei aplicável.

2. À Ordem compete ainda representar, mediante o regime de inscrição obrigatória, os interesses profissionais dos contabilistas e auditores certificados que exerçam ou venham a exercer a sua actividade em São Tomé e Príncipe, pertencendo-lhe o direito exclusivo de emitir as respectivas Cédulas Profissionais.

**Artigo 3.º
Sede e Jurisdição**

1. A Ordem tem a sua sede na cidade de São Tomé, podendo transferi-la para qualquer outra parte

do território nacional, mediante deliberação da Assembleia-Geral.

2. A Ordem goza de jurisdição sobre a totalidade do território nacional, conforme este se encontra definido pela Constituição da República, sendo para o efeito distribuídos os respectivos poderes de gestão no caso de abertura de delegações em qualquer outra região de São Tomé e Príncipe.

**Artigo 4.º
Atribuições**

1. A Ordem tem as seguintes atribuições:

- a) Superintender em todos os aspectos relacionados com o acesso às profissões de contabilistas e auditores certificados, nos termos da Lei;
- b) Promover e defender a função social, dignidade e prestígio das profissões de contabilistas e auditores, bem como a independência técnica e funcional do respectivo exercício;
- c) Promover e contribuir para o aperfeiçoamento e a formação profissional dos seus Associados, designadamente através da organização de cursos, seminários, conferências e colóquios;
- d) Definir, difundir, promover e fazer cumprir princípios e normas de ética e deontologia profissional;
- e) Representar e defender os interesses, direitos e prerrogativas dos seus Associados;
- f) Certificar os Associados, de acordo com as correspondentes categorias profissionais, emitindo as respectivas Cédulas Profissionais;
- g) Definir normas e padrões técnicos de actuação profissional, tendo em consideração os internacionalmente aceites, designadamente os emanados da Federação Internacional de Auditores “International Federation of Accountants” (IFAC);
- h) Exercer jurisdição disciplinar sobre os Associados e sobre as sociedades de contabilistas e auditores;

- i) Organizar e manter uma biblioteca de índole técnica e promover a edição de publicações técnico-profissionais;
- j) Propor às entidades legalmente competentes medidas legislativas, regulamentares ou de qualquer outra natureza relativas à contabilidade e auditoria, incluindo o Plano Nacional de Contabilidade e planos de contas sectoriais, às profissões e funções de contabilistas e auditores, e aos interesses profissionais e morais dos Associados;
- k) Emitir opinião sobre quaisquer projectos de legislação ou regulamentação relativos às matérias referidas na alínea anterior;
- l) Organizar e manter actualizado o cadastro dos contabilistas e auditores certificados e certificar, sempre que lhe for exigido, que estes se encontram no pleno exercício da sua capacidade funcional nos termos deste Estatuto;
- m) Participar no ensino da Contabilidade e Auditoria a todos os níveis, colaborando com o Governo e os estabelecimentos de ensino na elaboração ou reformulação da respectiva legislação de enquadramento e na definição de programas e bibliografia relativos aos cursos que directamente lhe digam respeito;
- n) Colaborar com quaisquer entidades, nacionais ou estrangeiras, no fomento e realização de estudos, trabalhos, projectos de investigação e de divulgação e actos de intercâmbio em geral que visem o aperfeiçoamento e a divulgação de princípios, conceitos e técnicas contabilísticas e de auditoria;
- o) Apoiar as autoridades mediante emissão de pareceres em matéria ligadas à contabilidade e auditoria e áreas afins;
- p) Conceder bolsas, prémios e outros incentivos aos Associados ou a estudantes que frequentem licenciaturas, bacharelatos ou cursos equiparados nos domínios de Administração e Contabilidade, Administração e Gestão de Empresas, Economia, Finanças, Direito e outros de natureza similar;
- q) Promover e apoiar a criação de esquemas complementares de segurança social para os Associados;
- r) Organizar, implementar e executar sistemas de verificação da qualidade dos serviços prestados por técnicos oficiais de contas e auditores;
- s) Exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas pelo presente Estatuto, por regulamentação da própria Ordem e por disposições legais;
- t) Desenhar e oferecer uma qualificação nacional profissional e técnica para contabilistas em São Tomé e Príncipe a fim de capacitar técnicos competentes e contabilistas profissionais;
- u) Controlar a qualidade dos serviços oferecidos por indivíduos e empresas de auditoria por via de mecanismos tal como revisões de qualidade de auditoria, entre outros;
- v) Fomentar normas de contabilidade (para o sector privado e público), auditoria e normas éticas, com base nas normas internacionalmente reconhecidas, a serem aplicadas em São Tomé e Príncipe;
2. A certificação dos Associados prevista na alínea f) do número anterior, de acordo com cada uma das categorias profissionais, assume a natureza de acto de prática obrigatória.
3. Para efeitos no disposto na alínea q) do número 1, os critérios de atribuição de bolsas são definidos no Regulamento Interno da Ordem.

Artigo 5.º Capacidade

1. A capacidade da Ordem abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução dos seus fins, podendo designadamente:

- a) Editar e comercializar livros, revistas e outras publicações técnicas, bem como ministrar formações no domínio da Contabilidade, da Auditoria e matérias afins;

- b) Adquirir, arrendar ou de outra forma obter o uso de imóveis, equipamentos e outros bens necessários às suas actividades;
- c) Contrair empréstimos e obter outras formas de financiamento na medida necessária à prossecução das suas actividades.

2. A Ordem pode estabelecer ligações ou filiar-se em organizações internacionais da sua área de especialização, designadamente na “International Federation of Accountants”, e outras de natureza similar e fazer-se representar ou participar em congressos, reuniões e outras manifestações de carácter técnico ou científico.

Artigo 6.º **Representação**

1. A Ordem é representada, em juízo e fora dele:

- a) Pelo Bastonário;
- b) Por qualquer membro do Conselho Directivo mediante delegação de poderes do Bastonário.

2. A Ordem pode através dos seus membros ou órgãos, intervir nos termos da Lei nos processos cíveis de que seja parte um seu Associado, desde que estejam em causa assuntos relativos ao exercício da profissão ou ao desempenho de cargos na Ordem e que tal intervenção seja solicitada ou autorizada pelo Tribunal.

Artigo 7.º **Receitas**

1. Constituem receitas da Ordem:

- a) O produto das jóias, quotas, taxas, emolumentos e multas pagas pelos Associados e pelas sociedades de auditores e contabilistas certificados;
- b) O produto de quaisquer doações, subsídios ou legados feitos ou atribuídos à Ordem;
- c) Eventuais dotações orçamentais, sem prejuízo da autonomia administrativa e financeira da Ordem, que lhe venham a ser atribuídas em função do interesse público subjacente às profissões de auditor e contabilista certificados;

- d) Quaisquer outras receitas eventuais recebidas em resultado de actividades promovidas pela Ordem no âmbito das suas atribuições e fins;
- e) Taxas provenientes de quaisquer actos de consultoria financeira, contabilística e de auditoria em que é solicitada o parecer técnico da Ordem;
- f) O produto proveniente das multas cobradas aos associados.

Secção II Dos Órgãos em Geral

Artigo 8.º **Órgãos**

1. São órgãos da Ordem:

- a) A Assembleia-Geral;
- b) O Bastonário;
- c) O Conselho Directivo;
- d) O Conselho Técnico;
- e) O Conselho Disciplinar;
- f) O Conselho Fiscal.

2. Podem ser criadas comissões especializadas, se a natureza das atribuições e competências da Ordem assim o determinarem.

Artigo 9.º **Designação e Eleição dos Órgãos**

1. São órgãos efectivos todos os referidos no artigo anterior, sendo da competência exclusiva da Assembleia-Geral a respectiva eleição.

2. As Comissões especializadas são nomeadas pelo Conselho Directivo.

3. O Bastonário da Ordem é, por inerência de funções, o Presidente do Conselho Directivo.

4. Em todos os órgãos colegiais, o respectivo Presidente é substituído pelo correspondente Vice-Presidente nas suas faltas e/ou impedimentos.

Artigo 10.º

Princípios da Obrigatoriedade e da Gratuidade

1. Constitui dever de todos os Associados o exercício, de forma efectiva e diligente, das funções correspondentes a cargos para que sejam eleitos ou designados no seio da Ordem.

2. Os cargos de membro de qualquer órgão são, em princípio, exercidos em regime de gratuidade pelos respectivos titulares, podendo a Assembleia-Geral, sob proposta do Conselho Directivo, deliberar a concessão de algum abono ou remuneração, tendo em consideração o grau de disponibilidade e afectação horária.

Artigo 11.º

Incompatibilidades Efectivas

1. Nenhum Associado pode candidatar-se ou ser eleito simultaneamente para mais de um órgão efectivo.

2. Não podem candidatar-se ou ser eleitos para o Conselho Fiscal Associados relativamente aos quais se verifique alguma das seguintes circunstâncias:

- a) Terem pertencido ao Conselho Directivo no último triénio;
- b) Serem cônjuges, parentes do primeiro grau de Associados impedidos por força do disposto na alínea anterior.

3. É nula a eleição ou designação de Associado em relação ao qual se verifique alguma das incompatibilidades estabelecidas nos números anteriores.

Artigo 12.º

Duração e Extensão do Mandato

1. A duração do mandato dos titulares dos órgãos da Ordem é de três anos, podendo os mesmos recandidatarem-se e serem reeleitos para um máximo de dois mandatos consecutivos.

2. Os titulares dos órgãos mantêm-se em efectividade de funções, além do termo dos respectivos mandatos, até à tomada de posse dos que os devam substituir.

3. Durante o período de tempo referido no número 2, só podem ser praticados actos de mera gestão.

Artigo 13.º

Extinção e Suspensão do Mandato

1. São causas de extinção do mandato a caducidade do mesmo, a renúncia e a destituição.

2. O pedido de renúncia deve ser fundamentado, tornando-se esta efectiva após apreciação e aprovação do Conselho Directivo, que deve notificar a sua decisão ao requerente no prazo de 30 dias a contar da data da recepção do pedido.

3. Na ausência da notificação referida no número anterior, presume-se tacitamente deferido o pedido de renúncia.

4. O mandato extinguir-se-á por destituição quando se verifique:

- a) A perda, temporária ou definitiva, da qualidade de Associado;
- b) O não exercício do cargo por um período continuado de seis meses;
- c) A nulidade da eleição ou designação;
- d) A aplicação ao Associado de qualquer pena disciplinar mais grave que a de multa;
- e) A condenação definitiva do Associado em pena de prisão ou a sua insolvência, interdição ou inabilitação.

5. Os titulares de órgãos da Ordem podem solicitar a suspensão do mandato, por período não superior a seis meses, mediante pedido fundamentado dirigido ao Conselho Directivo, que delibera sobre a sua aceitação.

Artigo 14.º

Deliberações e Recursos

1. As deliberações de todos os órgãos só podem ser tomadas em reuniões regularmente convocadas, sempre que houver a maioria simples de 50%.

2. Em todos os órgãos, o Bastonário, ou quem o substitua, dispõe de voto de qualidade.

3. As deliberações devem ser consignadas em acta e assinadas, com menção de votos e declarações de vencido, por todos os que hajam participado na reunião.

4. Das deliberações dos órgãos da Ordem cabe recurso para a Assembleia-Geral.

5. Das deliberações da Assembleia-Geral cabe recurso contencioso para os tribunais administrativos, nos termos da Lei.

Artigo 15.º

Deliberações Inválidas

1. As deliberações de qualquer órgão, cujo conteúdo não esteja, por natureza, sujeito a deliberação do órgão que as tomou, ou viole preceitos legais imperativos, bem como as que sejam tomadas em reuniões não devidamente convocadas, salvo se todos os membros tiverem estado presentes, são nulas.

2. Considera-se não convocada a reunião de qualquer órgão se a convocatória não se mostrar assinada por quem tenha competência para o acto, se do aviso convocatório não constar o local, o dia e a hora da reunião, ou se a reunião se efectuar em local, dia ou hora diversos dos constantes do aviso convocatório.

3. São anuláveis as deliberações que violem disposições do presente Estatuto, quando ao caso não caiba a nulidade.

4. O Conselho Fiscal informa o Bastonário da Ordem da nulidade ou anulabilidade das deliberações de que tenha conhecimento e promove a respectiva declaração judicial de nulidade, em acção proposta contra a Ordem, caso o vício não seja sanado no prazo de dois meses.

5. Qualquer Associado pode promover a declaração judicial da nulidade ou anulabilidade das deliberações, em acção proposta contra a Ordem. Este direito caduca ao fim de um ano, no caso de deliberações nulas, e ao fim de 30 dias, se tratar de deliberações anuláveis, a contar da data em que o Associado tenha tido conhecimento das deliberações inválidas.

Artigo 16.º

Regras Eleitorais

1. Os membros dos órgãos sociais são eleitos pela Assembleia-Geral, através de escrutínio secreto, com uma periodicidade trienal, sendo a eleição feita no mesmo dia para todos os órgãos efectivos.

2. A marcação das eleições deve ser levada ao conhecimento dos Associados pela forma prevista para a convocação das reuniões da Assembleia-Geral, por iniciativa e sob responsabilidade do Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, a quem cabe designar o dia, entre os meses de Outubro e Novembro, em que se deve realizar a eleição para o triénio que se inicia no dia 1 de Janeiro do ano seguinte.

3. Dos actos do Presidente da Mesa da Assembleia-Geral praticados no âmbito da competência atribuída no número anterior do presente Artigo, pode qualquer Associado pertencente à categoria de associado certificado interpor acção judicial com fundamento em desconformidade com o Estatuto.

Artigo 17.º

Listas de Candidaturas

1. As candidaturas, acompanhadas do respectivo programa, devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa de Assembleia-Geral da Ordem, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data marcada para a realização das eleições.

2. As listas propostas devem ser subscritas por um mínimo de 10 Associados.

3. Cada Associado só pode ser proponente de uma lista para cada órgão e só pode ser candidato por uma lista e para um só órgão efectivo.

4. Só podem ser eleitos ou designados para os órgãos da Ordem os Associados sem qualquer punição de carácter disciplinar superior a multa, salvo se entre o termo de cumprimento da pena e a da convocatória da Assembleia-Geral já tiverem decorrido cinco anos ou mais.

Artigo 18.º

Votação

1. A eleição efectuar-se-á por voto directo.

2. É eleita a lista que, sendo a única apresentada, recolher a maioria absoluta dos votos validamente expressos.

3. No caso de haver mais de uma lista concorrente, é eleita a que reunir mais de cinquenta por cento dos votos validamente expressos.

4. Se nenhuma lista obtiver uma votação superior a 50% de votos, há lugar a uma segunda volta entre as duas listas melhor classificadas, sendo eleita a que obtiver a maioria dos votos validamente expressos.

Artigo 19.º

Resultados Eleitorais

1. Os resultados eleitorais devem ser tornados oficiais até três dias após a realização da votação.

2. Se uma lista, que sendo a única apresentada, não recolher a maioria absoluta dos votos válidos entre os expressos, reabre-se de imediato o processo eleitoral restrito aos órgãos não eleitos, sendo de cinco dias o prazo de apresentação de novas listas de candidatos.

Artigo 20.º

Vacatura

Sempre que se verifique vacatura de cargo de membro efectivo de qualquer órgão cuja eleição caiba à Assembleia-Geral, e o Bastonário da Ordem considerar necessário proceder ao seu preenchimento imediato, o Conselho Directivo designa um Associado, que assume essas funções até ao termo do mandato.

Artigo 21.º

Designação Judicial

Quando não for possível, por recurso ao processo eleitoral normal regulado nesta secção, proceder à eleição de qualquer dos órgãos, deve o Bastonário da Ordem promover a designação judicial de Associados com vista ao preenchimento dos cargos.

Secção III

Obrigações e Responsabilidades dos Titulares dos Órgãos

Artigo 22.º

Obrigações e Responsabilidades dos Titulares dos Órgãos

1. Os titulares dos órgãos devem exercer as respectivas funções com o mais elevado grau de diligência, no interesse da Ordem, dos Associados e das profissões de auditor e contabilista certificados, contribuindo activamente para o prestígio e dignidade do cargo.

Artigo 23.º

Regime de Responsabilidade

1. São civilmente responsáveis perante a Ordem, os Associados e terceiros, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal, os titulares dos órgãos relativamente aos quais se verifique, no exercício das suas funções, alguma das seguintes circunstâncias:

- a) Violação da lei geral, do Estatuto, dos regulamentos ou das deliberações da Assembleia-Geral;
- b) Prática, em nome da Ordem, de actos estranhos aos fins e atribuições desta, ou permissão da prática de tais actos por terceiros;
- c) Pagamento ou ordem de pagamento de importâncias que não sejam devidas pela Ordem;
- d) Omissão de cobrança de créditos da Ordem que, por isso, venham a prescrever;
- e) Utilização do respectivo mandato, com ou sem utilização de bens da Ordem, em benefício próprio ou de outras pessoas singulares ou colectivas;
- f) Abstenção, dolosa ou culposa, de execução do seu mandato com a diligência e dedicação devidas.

2. São ainda civilmente responsáveis perante a Ordem, os Associados e terceiros, os membros do Conselho Fiscal, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal, que não se tenham oposto oportunamente aos actos praticados em alguma das circunstâncias referidas no número anterior, de que tenham tido ou devessem ter tido conhecimento no exercício das suas funções.

3. A responsabilidade dos membros de órgãos colegiais é solidária, podendo, porém, ser afastada a responsabilidade dos que hajam votado contra as deliberações tomadas e feito exarar na respectiva acta o seu voto de vencido, ou não hajam assistido às reuniões respectivas ou tomado conhecimento das acções ou omissões referidas no número 1 do presente Artigo, e tal não lhes seja exigível por força da Lei ou do presente Estatuto.

Secção IV Dos Associados

Artigo 24.º Regras Gerais

1. Adquirem o estatuto de Associados, os contabilistas e auditores cuja admissão tenha sido aceite nos termos do presente Estatuto e do Regulamento de Admissão, Estágios e Exames, após a respectiva inscrição na Ordem e pagamento da jóia devida.

2. O estatuto de Associado confere aos respectivos titulares todos os direitos e deveres inerentes ao exercício das respectivas funções, nos termos definidos no presente Estatuto, sendo comprovado pela exibição da cédula profissional.

3. Não existem quaisquer restrições ao acesso dos nacionais à Ordem, excepto as previstas no Estatuto, no Regulamento de Admissão, Estágios e Exames, ou as impostas aos São-tomenses que exercem a sua profissão no estrangeiro.

4. Os estrangeiros que pretendam exercer a sua actividade profissional em São Tomé e Príncipe podem ser admitidos na Ordem, de acordo com as regras definidas na lei e, no presente Estatuto e demais legislação aplicável.

Artigo 25.º Categorias de Associados

1. A ordem tem as seguintes categorias de associados, aptos ao exercício pleno das profissões por ela superintendidas:

- a) Contabilistas e auditores certificados;
- b) Associados correspondentes;
- c) Associados honorários.

2. Os contabilistas certificados são profissionais de contabilidade com capacidade para exercer a profissão e, como tal, certificados pela Ordem e a sua categoria compreende o exercício e desempenho de todas as funções próprias da profissão, incluindo funções com elevado grau de responsabilidade ou de interesse público directo, à excepção das reservadas aos auditores, de acordo com o presente Estatuto.

3. Os auditores certificados são profissionais de auditoria com capacidade para exercer a profissão e, como tal, certificados pela Ordem e a sua categoria compreende o exercício e desempenho de todas as funções próprias da profissão, incluindo funções com elevado grau de responsabilidade ou de interesse público directo, estando-lhes reservadas com carácter de exclusividade as funções específicas do seu estatuto profissional, conforme definidas na Subsecção I, Secção II do Capítulo III.

4. São associados correspondentes os santomenses a desenvolverem a actividade de auditoria fora do território nacional e que se encontrem qualificados como auditores por organizações profissionais reconhecidas pela “International Federation of Accountants”, não sendo, no entanto, certificados pela Ordem para exercerem a profissão de auditor em São Tomé e Príncipe e, conseqüentemente, sem direito a voto ou a fazerem parte de qualquer dos órgãos da Ordem.

5. São associados honorários da Ordem, os indivíduos que:

- a) Tenham prestado serviços relevantes à Ordem, à ciência e à técnica contabilística e de auditoria, sendo por tal considerados merecedores de tal homenagem;
- b) Façam donativos de valor considerável à Ordem, sendo por isso reputados merecedores de tal homenagem.

5. Podem ainda ser associado a ordem personalidade indigitada pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério encarregue pela área de Finanças, Tribunal de Contas, Governo Regional, Universidades, Tribunais e outras, para participar em comissões especializadas de interesse nacional e da Ordem.

Artigo 26.º Lista de Associados Certificados

1. A todo o território nacional corresponde uma única lista de auditores e uma única lista de contabilistas, em ambos os casos organizada por antiguidade de admissão e, supletivamente, por ordem alfabética.

2. Esta lista deve ser afixada na sede da Ordem e das Comissões Regionais caso houver.

CAPÍTULO II Organização e Funcionamento

Secção I Assembleia-Geral

Artigo 27.º

Definição e Composição

1. A Assembleia-Geral é o órgão deliberativo da Ordem.

2. A Assembleia-Geral é constituída por todos os membros individuais que estejam no pleno gozo dos seus direitos.

3. Têm direito a participar nas reuniões da Assembleia-Geral todos os Associados pertencentes à categoria de associados certificados que não tenham um atraso superior a três meses no pagamento das suas quotas, podendo fazer-se representar por outros Associados nas mesmas circunstâncias.

4. Para efeitos do disposto no número anterior, é suficiente, como instrumento de representação voluntária, uma carta dirigida ao Presidente da Mesa, assinada pelo representado, sendo a sua qualidade certificada através dos meios em uso na Ordem.

5. As cartas a que se refere o número anterior devem ficar arquivadas na sede da Ordem durante cinco anos.

6. O membro da Ordem nomeado como representante só pode representar um membro.

7. Nas assembleias eleitorais não é permitida a representação voluntária.

8. A Mesa da Assembleia-Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos pela própria Assembleia por períodos de três anos, renováveis.

Artigo 28.º

Participantes sem Voto

1. Têm direito a assistir às reuniões da Assembleia-Geral, sem participar na discussão dos pontos em agenda, excepto se para tal forem convidados pelo Presidente da Mesa, e sempre sem direito a voto, os associados correspondentes e os associados honorários.

2. Podem ser convidadas a assistir às reuniões da Assembleia-Geral entidades cuja presença seja considerada de interesse para a Ordem, por comum acordo entre o Bastonário e o Presidente da Mesa, designadamente representantes dos órgãos do Estado e de organizações de contabilistas e auditores estrangeiros.

Artigo 29.º

Competência

1. A Assembleia-Geral tem competência para deliberar sobre todas as matérias que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo presente Estatuto.

2. Encontram-se compreendidas na competência da Assembleia-Geral, para além das especificamente previstas noutras disposições:

- a) A eleição e destituição dos membros do Conselho Directivo, do Conselho Técnico, do Conselho Disciplinar e do Conselho Fiscal;
- b) Deliberação sobre a matéria referida no número 2 do artigo 10.º do presente Estatuto;
- c) Discutir e aprovar o relatório do Conselho Directivo, o Balanço e as Contas e o Parecer do Conselho Fiscal;
- d) Deliberar sobre a admissão de associados honorários, sob proposta do Bastonário;
- e) Assumir as funções de instância de recurso em matéria disciplinar quanto à pena de expulsão;
- f) Aprovar o Regulamento Eleitoral;
- g) Aprovar o Código de Ética e Deontologia Profissional, e demais regulamentos internos que não estejam abrangidos nas competências do Conselho Directivo.

Artigo 30.º

Convocação da Assembleia

1. A Assembleia-Geral é convocada pelo Presidente da Mesa, mediante aviso convocatório enviado, sob registo, a todos os Associados, com a antecedência mínima de 15 dias, e publicado em jornal diário de grande circulação com a mesma antece-

dência mínima, devendo dele constar de forma inequívoca o local, o dia e a hora da reunião, bem como a agenda de trabalhos.

2. Com a antecedência mínima de 15 dias em relação ao envio do aviso convocatório referido no artigo anterior, o Presidente da Mesa remete circular a todos os Associados pertencentes à categoria de associados certificados, concedendo-lhes um prazo de 10 dias para requererem ao Presidente da Mesa que submeta algum assunto à apreciação da Assembleia-Geral, cabendo ao Presidente da Mesa apreciar livremente a conveniência e a oportunidade do aditamento dos pontos constantes dos requerimentos recebidos.

3. Cabe ao Presidente da Mesa:

- a) Convocar as reuniões e dirigir os trabalhos;
- b) Assinar as actas;
- c) Dar posse aos membros eleitos para os órgãos da Ordem;
- d) Despachar e assinar o expediente que diga respeito à mesa;
- e) Propor, à Assembleia-Geral, alterações ao regulamento eleitoral.

4. No impedimento do Presidente da Mesa, desempenha as respectivas funções o Vice-Presidente.

5. Compete aos secretários desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelo Presidente da Mesa.

6. Nas Assembleias Eleitorais, o Presidente da Mesa é coadjuvado pelos restantes elementos, competindo-lhe gerir todos os actos inerentes às eleições, nos termos do regulamento eleitoral em vigor.

Artigo 31.º

Quórum

1. Para que a Assembleia-Geral possa validamente deliberar em primeira convocatória é necessário que se encontrem presentes ou representados, pelo menos, 50% dos Associados pertencentes à categoria de associados certificados.

2. Não comparecendo até 30 minutos depois da hora marcada o número de Associados exigido no

número anterior, o Presidente da Mesa verifica a regularidade do processo convocatório e, caso conclua pela inexistência de qualquer irregularidade, a Assembleia realizar-se-á, em segunda convocatória, 60 minutos após a hora marcada em primeira convocatória.

3. Em segunda convocatória, a Assembleia-Geral pode deliberar validamente com qualquer número de Associados presentes ou representados.

Artigo 32.º

Direitos de Voto

1. A cada Associado corresponde o direito a um voto em Assembleia-Geral, independentemente da sua categoria profissional.

2. As deliberações sobre matérias que digam directa e exclusivamente respeito à categoria profissional de auditores ou a de contabilistas, não são tomadas em Assembleia-Geral, mas num colégio, exclusiva e especificamente constituído para o efeito, composto por igual número de auditores e contabilistas.

3. Em caso de empate, o Bastonário tem voto de preferência.

Artigo 33.º

Reuniões Ordinárias da Assembleia-Geral

1. Há anualmente uma reunião ordinária da Assembleia-Geral, que tem lugar no primeiro trimestre de cada ano civil, competindo-lhe, em especial, discutir e aprovar o relatório do Conselho Directivo, o Parecer do Conselho Fiscal, o Balanço e as Contas referentes ao exercício anterior.

2. Os documentos referidos no número anterior devem ser postos à disposição dos Associados na sede da Ordem na mesma data em que sejam enviados os avisos convocatórios.

3. A Assembleia-Geral pode ainda pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos para que seja convocada, desde que abrangidos no âmbito das suas competências, de acordo com o artigo 30.º deste Estatuto.

Artigo 34.º

Reuniões Extraordinárias da Assembleia-Geral

1. A Assembleia reúne em sessão extraordinária por determinação do Presidente da Mesa, por iniciativa própria ou mediante requerimento do Conselho Directivo, ou do Conselho Fiscal, ou ainda de, pelo menos, 10% dos Associados em pleno gozo dos seus direitos.

2. Em qualquer dos casos em que seja apresentado requerimento nos termos do número anterior, este deve incluir indicação precisa da agenda de trabalhos proposta, ficando o Presidente da Mesa vinculado a proceder à convocação nos 30 dias subsequentes.

**Secção II
Bastonário da Ordem**

Artigo 35.º

Atribuição e Competência

1. O Bastonário é o órgão singular da Ordem que tem, em exclusivo, funções de direcção superior da Ordem e de representação desta perante o Estado, outras entidades públicas e privadas e organizações internacionais.

2. Cabe, designadamente, ao Bastonário da Ordem:

- a) Executar as deliberações do Conselho Directivo;
- b) Propor à Assembleia-Geral a admissão de associados honorários, por iniciativa própria ou sob proposta de qualquer Associado pertencente à categoria de associado certificado;
- c) Dar posse aos Associados eleitos como membros de todos os demais órgãos;
- d) Promover a Ordem em São Tomé e Príncipe e no estrangeiro, e junto de quaisquer organizações nacionais e estrangeiras;
- e) Propor acções, incluindo acções judiciais, necessárias à defesa dos interesses da Ordem e dos Associados, por iniciativa própria ou a requerimento do Conselho Direc-

tivo ou das Delegações da Ordem, e, em geral, representar a Ordem em juízo.

3. Podem ser delegadas transitoriamente a outro membro do Conselho Directivo, sob condição de autorização prévia deste órgão, as competências constantes das alíneas c) e d) do número anterior.

**Secção III
Conselho Directivo**

Artigo 36.º

Definição e Composição

1. O Conselho Directivo é o órgão colegial de administração e gestão da Ordem a nível nacional.

2. O Conselho Directivo é composto por três Associados certificados, dois dos quais, incluindo o Presidente devem ser auditores certificados, e um deve pertencer à categoria de contabilistas certificados.

3. As listas de candidaturas para o Conselho Directivo devem evidenciar os Associados propostos para o cargo de Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

Artigo 37.º

Competência

1. O Conselho Directivo é o órgão de direcção e superintendência da Ordem e assume, para todos os efeitos legais, as funções próprias de órgão colegial de administração da Ordem a nível nacional, nos termos do Estatuto.

2. O Conselho Directivo tem como principais competências, para além de outras especialmente previstas no Estatuto:

- a) Praticar todos os actos próprios de administração e gestão da Ordem a nível nacional;
- b) Criar comissões especializadas, por sua iniciativa ou sob proposta do Conselho Técnico, e designar os respectivos membros;
- c) Elaborar a proposta de Regulamento Eleitoral;
- d) Fixar o valor das jóias de inscrição de Associados, das taxas de registo das sociedades de Contabilidade e de Auditoria, das quotas anuais e de eventuais taxas e emolumentos que entenda deverem ser cobrados pela prá-

- tica de quaisquer actos da competência de qualquer órgão da Ordem;
- e) Assumir as funções de instância máxima de recurso em matéria disciplinar, excepto quanto à pena de expulsão, da qual cabe ainda recurso para a Assembleia-Geral, sem prejuízo do direito de recurso de todas as suas decisões para a Assembleia-Geral, nos termos do Estatuto;
 - f) Decidir, após obtenção de parecer do Conselho Disciplinar, sobre as reclamações das empresas ou das entidades a quem os contabilistas e auditores prestam serviço sobre assuntos relacionados com o exercício da profissão;
 - g) Elaborar e aprovar a Tabela de Honorários Mínimos e Tabela de Pontuação;
 - h) Organizar e publicar as listas nacionais de auditores e contabilistas certificados e de sociedades de auditores e contabilistas certificados;
 - i) Cobrar as receitas da Ordem;
 - j) Autorizar as despesas da Ordem;
 - k) Elaborar e submeter anualmente à aprovação da Assembleia-Geral o Relatório, o Balanço e as Contas do exercício anterior, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal;
 - l) Elaborar e aprovar o plano de actividades anual e o orçamento ordinário para o exercício seguinte;
 - m) Sem prejuízo do disposto no Estatuto relativamente às atribuições e competências do Presidente da Ordem previstas no artigo 37.º do presente Estatuto, representar a Ordem perante terceiros, e assegurar a necessária articulação com o Governo, designadamente com o Ministério das Finanças, e com as demais entidades públicas e privadas;
 - n) Aprovar, mediante proposta do Conselho Técnico, as normas e padrões técnicos de actuação profissional, tendo sempre em conta os internacionalmente exigidos;
 - o) Aprovar, mediante proposta do Conselho Técnico, o Regulamento de Admissão, Estágios e Exames;
 - p) Apresentar propostas de alteração do Estatuto à Assembleia-Geral;
 - q) Deliberar sobre a aquisição, oneração e alienação de bens imóveis pela Ordem;
 - r) Aprovar, sob proposta do Conselho Disciplinar, o Regulamento Disciplinar;
 - s) Praticar todos os demais actos incluídos no âmbito da administração e gestão da Ordem e conducentes à realização das atribuições da Ordem.
3. Ao Conselho Directivo é atribuída ainda uma competência residual, deliberando sobre todas as matérias que não se encontrem compreendidas nas competências específicas de outros órgãos da Ordem.

Artigo 38.º

Presidente e Vice-Presidente

O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Directivo são, por inerência de funções, respectivamente, Bastonário e Vice-Presidente da Ordem.

Artigo 39.º

Comissões Especializadas do Conselho Directivo

1. O Conselho Directivo pode designar uma ou mais comissões especializadas para preparar as suas deliberações ou fiscalizar as suas funções.

2. Todos os membros do Conselho Directivo são responsáveis solidariamente com as pessoas designadas nos termos do número anterior por quaisquer prejuízos que estas culposamente causem à Ordem ou a qualquer Associado ou terceiro, salvo se provarem que exerceram de forma diligente os seus deveres de acompanhamento da gestão.

Secção IV Conselho Técnico

Artigo 40.º

Definição e Composição

1. O Conselho Técnico é o órgão consultivo e de apoio técnico da Ordem.

2. O Conselho Técnico é composto por três membros, eleitos pela Assembleia-Geral, sendo dois membros, entre os quais o Presidente e o Vice-Presidente, de categoria profissional de auditores certificados.

Artigo 41.º

Competência

1. Compete em especial ao Conselho Técnico:

- a) Fixar a interpretação do Estatuto em tudo o que possa se revelar de aplicação menos clara e preencher as respectivas lacunas com estrita observância do espírito que presidiu à elaboração do Estatuto, em ambos os casos através de Circular Interpretativa a divulgar obrigatoriamente por todos os Associados;
- b) Elaborar e propor à aprovação da Assembleia-Geral o Código de Ética e Deontologia Profissional;
- c) Elaborar e propor à aprovação do Conselho Directivo o Regulamento de Admissão, Exames e Exames;
- d) Elaborar e propor à aprovação do Conselho Directivo normas e padrões técnicos de actuação profissional, quer de auditoria, quer de contabilidade, tendo em conta os internacionalmente aceites;
- e) Propor ao Conselho Directivo a organização ou a promoção de cursos, seminários, colóquios, conferências e outras iniciativas;
- f) Analisar os processos de admissão de Associados e de registo de sociedades de auditores e de contabilistas certificados e emitir parecer relativamente ao preenchimento dos requisitos necessários;

- g) Organizar e manter uma biblioteca de índole técnica e promover a edição de publicações técnico-profissionais, entre as quais uma Revista de Contabilidade e Auditoria.

2. O Conselho Técnico pode criar comissões especializadas para a análise de matérias específicas e de especial complexidade técnica, podendo para este efeito agregar temporariamente outros Associados.

Secção V Conselho Disciplinar

Artigo 42.º

Definição e Composição

1. O Conselho Disciplinar é o órgão de jurisdição da Ordem em matéria disciplinar.

2. O Conselho Disciplinar é composto por três Associados eleitos, de entre os auditores e contabilistas certificados.

3. O Presidente e um vogal devem ter necessariamente a categoria profissional de Auditor.

Artigo 43.º

Competência

1. O Conselho Disciplinar tem como competências principais:

- a) Averiguar, inquirir e julgar em primeira instância as infracções disciplinares cometidas pelos Associados;
- b) Elaborar parecer sobre as reclamações das empresas ou das entidades a quem os auditores e contabilistas certificados prestam serviço sobre assuntos relacionados com o exercício das profissões respectivas;
- c) Elaborar o projecto de Regulamento Disciplinar, sujeito a aprovação do Conselho Directivo;
- d) Propor medidas legislativas ou administrativas em matérias da sua competência.

Artigo 44.º**Funcionamento**

1. O Conselho Disciplinar reúne por convocação do seu Presidente e só pode deliberar com a presença deste e de, pelo menos, mais um dos seus membros.

2. A condução dos processos disciplinares cabe a cada um dos membros do Conselho, singularmente e mediante um mecanismo de distribuição de processos por sorteio, o qual tem as funções de instrutor e relator, apresentando à reunião do Conselho o respectivo relatório e proposta de decisão.

Artigo 45.º**Assessoria Jurídica**

1. O Conselho Disciplinar pode fazer-se assessorar por juristas, designadamente para emitir pareceres sobre aspectos legais ou regulamentares e aconselhar em tudo o que respeita à legalidade dos procedimentos disciplinares.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a direcção do processo disciplinar e a formulação da proposta de aplicação de medidas disciplinares em concreto são da exclusiva responsabilidade do Conselho Disciplinar.

Artigo 46.º**Impedimentos**

1. Nenhum membro do Conselho Disciplinar pode intervir como instrutor ou relator em processo disciplinar, nem votar as suas conclusões ou a pena a aplicar, se for:

- a) Arguido o próprio membro ou o seu cônjuge;
- b) Algum parente seu do primeiro grau ou afim;
- c) Sócio ou membro do quadro técnico de sociedade de auditores ou de contabilistas certificados de que o membro em causa seja igualmente sócio;
- d) Membro do respectivo quadro técnico ou nele de qualquer forma interessado.

2. O membro do Conselho Disciplinar relativamente ao qual se verifique qualquer das circunstâncias do número anterior deve de imediato declarar-se impedido, sob pena de destituição.

3. O processo disciplinar em que intervenha um membro do Conselho Disciplinar em desrespeito do disposto no número 1 do presente Artigo é nulo, devendo ser instaurado novo processo.

Secção VII**Conselho Fiscal****Artigo 47.º****Definição e Composição**

1. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e controlo da legalidade e da gestão económica e financeira da Ordem.

2. O Conselho Fiscal é composto por três Associados, de entre os auditores e contabilistas certificados, tendo o respectivo Presidente necessariamente a categoria profissional de auditor certificado.

3. O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez por trimestre.

Artigo 48.º

1. O Conselho Fiscal tem como competências principais:

- a) Fiscalizar o cumprimento da lei, do Estatuto, dos regulamentos e das deliberações da Assembleia-Geral da Ordem por todos os seus órgãos;
- b) Fiscalizar a gestão da Ordem;
- c) Verificar, quando julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a caixa e a existência de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à Ordem ou por ela recebidos em garantia, depósito ou a outro título;
- d) Emitir parecer sobre o Relatório Anual, o Balanço e as Contas;
- e) Verificar o cumprimento do orçamento e do plano de actividades aprovado pela Assembleia-Geral;
- f) Verificar a validade das deliberações tomadas pelos órgãos da Ordem e dar conhecimento ao Bastonário de situações de nulidade ou anulabilidade;

- g) Promover a declaração judicial de nulidade de quaisquer deliberações, caso o órgão que as haja tomado as não renove no prazo e condições definidos no Estatuto;
- h) Elaborar relatório anual sobre a sua acção de fiscalização, a apresentar à Assembleia-Geral Anual que se reúne no primeiro trimestre de cada ano;
- i) Convocar a Assembleia-Geral quando o respectivo Presidente da Mesa não o faça, estando vinculado à convocação.

2. O Conselho Fiscal deve incluir no relatório sobre a sua acção de fiscalização menção expressa da verificação de quaisquer ilegalidades ou irregularidades que considere graves, mas deve sempre, sob pena de responsabilidade de todos os seus membros, usar em tal menção da prudência e ponderação necessárias a evitar que ela se possa traduzir em prejuízo para a própria Ordem ou para as classes por ela representadas.

Artigo 49.º

Deveres dos Membros do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal são obrigados:

- a) A participar nas reuniões do Conselho Directivo sempre que para tal sejam convocados;
- b) A informar de imediato o Conselho Directivo de todas as ilegalidades, irregularidades e inexactidões verificadas em qualquer circunstância;
- c) A solicitar a convocação imediata da Assembleia-Geral sempre que tomem conhecimento de ilegalidades e irregularidades cuja gravidade ponha em risco a idoneidade ou o prestígio da Ordem ou das classes nela representadas.

CAPITULO III Do Exercício da Profissão

Secção I Do Exercício da Profissão de Contabilista Certificado

Subsecção I Funções

Artigo 50.º Funções Específicas

1. Os Associados inscritos com a categoria de contabilistas certificados estão habilitados a desempenhar todas as funções próprias da profissão.

2. Para efeitos do número anterior, consideram-se próprias da profissão, entre outras, as seguintes funções e actividades:

- a) Assinatura de contas de quaisquer sociedades e outras pessoas colectivas, públicas ou privadas, sujeitas a Imposto sobre o Rendimento, nos termos da lei;
- b) Assinatura de contas de quaisquer instituições do sector financeiro e segurador;
- c) Assinatura de contas de quaisquer sociedades ou outras instituições que recebam subsídios, subvenções, contribuições ou empréstimos em condições excepcionais, do Governo ou de quaisquer organizações de apoio nacionais ou internacionais;
- d) Assinatura de contas de quaisquer empresas ou instituições para efeitos de bolsa de valores, mercado de capitais ou emissão de obrigações ou títulos de natureza similar;
- e) Intervenção como peritos contabilistas na instrução de quaisquer processos judiciais se para isso forem solicitados;
- f) Intervenção como gestores ou liquidatários judiciais, sem prejuízo da competência própria de membros de outras profissões;
- g) Está vedado à categoria de contabilistas o exercício das funções atribuídas com carácter de exclusividade à categoria de auditores.

Artigo 51.º

Exercício de Outras Funções

1. Consideram-se ainda abrangidos no âmbito das funções da profissão de contabilista certificado a assessoria e o exercício de consultoria e docência em matérias relacionadas com a sua profissão.

2. Os contabilistas certificados podem ainda exercer outras funções, para além das inerentes à profissão, nomeadamente de consultoria fiscal, consultoria em matérias relacionadas com ou assessorias da contabilidade, bem como exercer quaisquer funções permitidas nos termos da lei ou no âmbito do presente Estatuto, sempre de acordo com a respectiva categoria profissional.

Subsecção II**Estatuto Profissional**

Artigo 52.º

Independência

A profissão de contabilista certificado é incompatível com qualquer outra profissão ou actividade que possa implicar diminuição da dignidade e do prestígio daquela, ou de ofender os princípios de ética e deontologia profissional inerentes.

Artigo 53.º

Designação Profissional

1. Os Contabilistas inscritos na Ordem, e só estes, têm a designação profissional de “Contabilista Certificado”, que devem usar, na íntegra, como aditamento ao seu nome.

2. Não pode designar-se contabilista certificado ou profissional de contabilidade certificado, ou utilizar qualquer designação que dê a entender a existência de uma prática certificada da profissão, quem não for Associado inscrito na Ordem e por esta certificado enquanto tal.

Artigo 54.º

Cédula Profissional

1. Os Associados contabilistas certificados têm direito a uma Cédula Profissional de Contabilista Certificado, emitida pela Ordem segundo o modelo a aprovar pelo Conselho Directivo, que comprova a sua inscrição na lista de Contabilistas Certificados.

2. A Cédula deve ser devolvida à Ordem sempre que ao associado efectivo titular seja aplicada sanção de suspensão ou expulsão, no prazo de 15 dias a contar da notificação da decisão.

Artigo 55.º

Direitos dos Associados

1. São direitos dos contabilistas certificados, para além de outros previstos no Estatuto os seguintes:

- a) Exercer em todo o território nacional todas as actividades próprias da profissão de contabilista, praticando todos os actos que lhe são próprios, designadamente no âmbito das funções descritas no artigo 50.º do presente Estatuto;
- b) Obter certificado da sua categoria profissional e fazer referência a essa certificação em todos os actos e documentos próprios da profissão;
- c) Usufruir dos serviços e benefícios instituídos pela Ordem e frequentar as suas instalações que se destinem a uso dos Associados;
- d) Participar nas reuniões da Assembleia-Geral, apresentando propostas e outros documentos, e discutir e exercer direito de voto relativamente aos assuntos que ali forem tratados;
- e) Eleger e ser eleito ou designado para os órgãos da Ordem, nos termos do Estatuto;
- f) Examinar a contabilidade da Ordem, nos períodos definidos no Estatuto e nos que forem fixados pelo Conselho Directivo, ou desde que o requeiram por escrito ao Conselho Directivo, com a antecedência mínima de 30 dias e demonstrem ter um interesse pessoal, directo e legítimo;
- g) Submeter ao órgão competente da Ordem, qualquer sugestão ou pedido de informação ou esclarecimento que pretendam, sobre assuntos em que demonstrem ter um interesse pessoal, directo e legítimo;
- h) Requerer a convocação da Assembleia-Geral nos termos definidos no Estatuto;

- i) Recorrer para o Conselho Directivo ou para a Assembleia-Geral, consoante a pena aplicada, de qualquer decisão tomada pelo Conselho Disciplinar em matéria sancionatória.

2. A recusa ou a demora injustificada na emissão de certificação relativamente a qualquer Associado é susceptível de recurso para o Conselho Directivo e de procedimento judicial, tendo o recurso carácter obrigatório.

3. Sem prejuízo da aplicação das sanções disciplinares que ao caso couberem, os Associados ficam inibidos de exercer os seus direitos quando tenham um atraso superior a três meses no pagamento das suas quotas.

4. A categoria de associado correspondente, bem como a de associado honorário, não confere direito ao exercício de quaisquer actividades próprias da profissão de contabilista ou de intervenção na vida da Associação, salvo o de solicitar ao Presidente da Mesa a submissão de assuntos à apreciação da Assembleia-Geral e o de assistir às respectivas reuniões.

Artigo 56.º

Deveres dos Contabilistas

São deveres dos Contabilistas Certificados, para além de outros previstos no presente Estatuto, em regulamentos internos ou na lei geral:

- a) Cumprir o preceituado no Estatuto e em todos os regulamentos emanados da Ordem, bem como toda a legislação que lhes seja aplicável;
- b) Pagar as quotas anuais fixadas pelo Conselho Directivo, bem como eventuais taxas e emolumentos que este entenda fixar pela prática de quaisquer actos da competência de qualquer órgão da Ordem;
- c) Observar na sua vida profissional todos os princípios e normas contabilísticas aceites pela Ordem;
- d) Observar e respeitar todos os princípios e normas constantes do Código de Ética e Deontologia Profissional;

- e) Acatar as decisões dos órgãos da Ordem, desde que as mesmas não sejam contrárias à lei, ao Estatuto ou aos regulamentos;

- f) Zelar pelo bom nome e prestígio da Ordem, não a comprometendo por acções e/ou declarações lesivas dos seus interesses e dos Associados.

Secção II

Do Exercício da Profissão de Auditor

Subsecção I

Função

Artigo 57.º

Funções Cumulativas

1. Os Associados com a categoria de auditor estão habilitados a desempenhar todas as funções próprias da profissão de contabilista, compreendendo-se as descritas nos números 1 e 2 do artigo 50.º do presente Estatuto.

2. Consideram-se abrangidos no âmbito das funções próprias da profissão de auditor certificado a assessoria e o exercício de consultoria e docência em matérias relacionadas com o exercício da mesma.

3. Os Associados auditores certificados podem ainda exercer funções de assessoria e consultoria fiscal, consultoria em matéria relacionada com ou acessórias da contabilidade e da auditoria, bem como exercer quaisquer funções que lhes sejam cominadas por Lei ou permitidas pela Ordem dentro do âmbito da Lei, sempre de acordo com a respectiva categoria profissional.

4. Os Associados com a categoria de auditor que optem por exercer igualmente as funções próprias da profissão de contabilista ficam obrigados ao pagamento de duas quotas.

Artigo 58.º

Funções Reservadas

1. É reservado exclusivamente aos auditores, o exercício das seguintes funções ou actividades, de interesse eminentemente público:

- a) A realização de auditorias, considerando-se como tais revisões completas, a entidades

públicas ou privadas, e respectiva certificação;

- b) A realização de revisões limitadas, a entidades públicas ou privadas, e a elaboração, emissão e assinatura do respectivo relatório;
- c) Outros actos característicos da profissão de auditor, de acordo com os padrões internacionalmente definidos pela IFAC “International Federation of Accountants”.

2. O exercício das funções reservadas deve ser efectuado com observância estrita das normas e padrões adoptados pela Ordem nesta matéria e, supletivamente, das normas internacionais aplicáveis, designadamente as definidas pela IFAC “International Federation of Accountants”.

3. A certificação das contas efectuada no âmbito do exercício da profissão de auditor assume a natureza de certificação legal.

4. O exame de contas e respectiva certificação legal obedecem a normas técnicas emanadas da Ordem.

5. Constituem ainda competências específicas dos auditores certificados, inerentes ao exercício da certificação legal, a fiscalização da observância das disposições legais e estatutárias das empresas ou de outras entidades, sem prejuízo da competência atribuída por lei aos seus órgãos e aos membros destas.

Artigo 59.º

Certificação de Contas

1. Sempre que, por força da lei ou por intervenção própria e autónoma dos auditores certificados ao abrigo do Estatuto, seja exigível dar opinião ou parecer sobre determinados actos ou factos que envolvam o exame de contas de empresas ou de outras entidades, é emitida certificação de contas na modalidade aplicável.

2. A certificação de contas exprime a convicção do auditor certificado sobre os documentos de prestação de contas, designadamente quanto a apresentarem ou não, de forma verdadeira e apropriada, a situação da empresa ou entidade, bem como os resultados das suas operações, com referência à data e ao período a que os mesmos respeitam.

3. A certificação legal de contas é emitida numa das três modalidades:

- a) Certificação sem reservas;
- b) Certificação com reservas;
- c) Certificação negativa.

3. Caso se verifique a inexistência de matéria de apreciação, os auditores certificados emitem declaração de impossibilidade de certificação legal.

4. A certificação das contas, em qualquer das suas modalidades, bem como a declaração de impossibilidade de certificação legal são dotadas de fé pública, só podendo ser revogada por via judicial com fundamento na respectiva falsidade.

Subsecção II Estatuto Profissional

Artigo 60.º **Independência**

1. A profissão de auditor certificado deve ser exercida em regime de completa independência funcional e hierárquica relativamente às empresas ou entidades às quais são prestados os serviços.

2. A profissão de auditor certificado é incompatível com qualquer outra profissão ou actividade que possa implicar diminuição da dignidade e do prestígio daquela, ou de ofender os princípios de ética e deontologia profissional a ela inerentes.

3. O auditor certificado só pode exercer a sua actividade profissional:

- a) Á título individual;
- b) Como sócio de sociedade de auditores certificados;
- c) Sob contrato de prestação de serviços celebrado com um auditor certificado a título individual ou com uma sociedade de auditores certificados.

4. O contrato de prestação de serviços referido na alínea c) do número precedente é obrigatoriamente sujeito a notificação à Ordem mediante comunicação escrita, contendo a identificação das partes contratadas.

Artigo 61.º

Da não Dedicção Exclusiva

1. Os auditores certificados podem exercer as funções profissionais contempladas neste Estatuto em regime de não dedicção exclusiva, sem prejuízo das disposições aplicáveis em sede de incompatibilidades e impedimentos.

2. Os auditores certificados que exerçam as suas funções em regime de não exclusividade, ou as sociedades de auditores certificados em que um dos sócios exerça as suas funções em regime de não exclusividade, não podem contratar outros auditores.

3. Considera-se que os auditores certificados exercem a profissão em regime de não exclusividade quando, fora do âmbito das funções da profissão de auditor, nos termos previstos pelo presente Estatuto, se encontrem vinculados por contrato de trabalho ou de prestação de serviços a uma empresa ou entidade, pública ou privada.

Artigo 62.º

Designação Profissional e Exclusividade

1. Os Auditores inscritos na Ordem, e só estes, têm a designação profissional de “Auditor Certificado” que devem usar, na íntegra, como aditamento ao seu nome.

2. Não pode designar-se auditor certificado ou profissional de auditoria certificado, ou utilizar qualquer designação que dê a entender a existência de uma prática certificada da profissão, quem não for Associado inscrito na Ordem e por esta certificado enquanto tal.

3. Em todos os documentos subscritos por um auditor certificado no exercício das suas funções profissionais conforme descritas no Estatuto, é obrigatória a menção do seu nome e indicação da qualidade em que actua.

Artigo 63.º

Cédula Profissional

1. Os Associados auditores certificados têm direito a uma Cédula Profissional de Auditor Certificado emitida pela Ordem segundo o modelo a aprovar por Despacho, pelo Conselho Directivo, que comprova a sua inscrição na lista de Auditores Certificados.

2. A Cédula deve ser devolvida à Ordem sempre que ao associado efectivo titular seja aplicada sanção de suspensão ou expulsão, no prazo de 15 dias a contar da notificação da decisão.

Artigo 64.º

Direitos dos Auditores Certificados

1. Os auditores certificados gozam dos direitos conferidos aos Associados contabilistas certificados, nos termos definidos no presente Estatuto, com as devidas adaptações.

2. No exercício da revisão legal das contas, compete ao Auditor Certificado:

- a) Elaborar documento de certificação legal das contas, numa das suas modalidades, ou declaração de impossibilidade de certificação legal;
- b) Elaborar quaisquer outros relatórios decorrentes de exigência legal ou estatutária, em conformidade com as normas ou as recomendações emanadas da Ordem;
- c) Subscrever o relatório e/ou parecer do órgão de fiscalização em que se integre, sem prejuízo de declaração de voto, se assim o entender;
- d) Sendo caso disso, requerer isoladamente a convocação da Assembleia-Geral, quando o Conselho Fiscal, devendo fazê-lo, o não tenha feito.

3. No exercício de quaisquer outras funções de interesse público que, por lei, exijam a intervenção própria e autónoma de Auditores Certificados, em que haja obrigação de emitir certificações ou relatórios, devem os mesmos observar as normas de auditoria em vigor que se mostrem aplicáveis ao caso.

4. No exercício de funções de interesse público, pode o Auditor Certificado solicitar a terceiros informações sobre contratos e movimentos de contas entre estes e as empresas ou outras entidades onde exerce funções, originados por compras, vendas, depósitos, responsabilidades por aceites e avales ou quaisquer outras operações, bastando, para o efeito, invocar a sua qualidade, o que pode ser comprovado, se necessário, pela apresentação da cédula profissional.

Artigo 65.º**Deveres dos Auditores Certificados**

1. Os auditores certificados encontram-se sujeitos aos deveres previstos para os contabilistas certificados, com as necessárias adaptações.

2. Adicionalmente, o auditor certificado no exercício das suas funções de certificação deve:

- a) Elaborar um relatório anual sobre a fiscalização efectuada, concluindo sobre a modalidade de certificação de contas ou da impossibilidade da mesma e, ainda, da conformidade do relatório de gestão com as contas do exercício, a apresentar ao órgão de gestão da empresa ou entidade em causa e, ainda, se o entender, ao órgão competente para aprovação das contas;
- b) Elaborar um documento de certificação das contas, numa das suas modalidades, ou declaração de impossibilidade de certificação, acompanhada dos anexos que entenda convenientes, a apresentar ao órgão ou entidade competente para aprovação das contas juntamente com estas;
- c) Desempenhar as funções profissionais para que for nomeado pela Ordem, salvo se existir incompatibilidade ou impedimento.

3. O relatório referido na alínea a) do número anterior deve ser distinto do relatório e do parecer, eventualmente exigido por lei, do órgão de fiscalização de que o auditor seja membro.

4. O auditor certificado está sujeito ao dever de sigilo profissional, não podendo revelar quaisquer factos ou informações de que tenha tido conhecimento em virtude do exercício da profissão, salvo imposição legal ou autorização, por escrito, da empresa ou entidade a quem os factos ou informações respeitam.

Artigo 66.º**Auditor Orientador**

Cada processo de certificação tem um auditor certificado individual a quem é atribuída a responsabilidade pela respectiva condução ou execução directa do seu cumprimento.

Artigo 67.º**Designação**

1. A nomeação de auditores certificados para o exercício da certificação de contas de empresas ou outras entidades, quando decorrente de imposição legal, cabe ao órgão competente das mesmas, conforme o disposto na legislação aplicável.

2. Na ausência de nomeação, o órgão de gestão e administração da empresa ou entidade deve comunicar tal facto à Ordem, no prazo de 15 dias, transferindo-se para esta a faculdade de nomeação.

3. A nomeação de auditores certificados nos termos do número anterior deve ser feita pelo Conselho Directivo, de entre aqueles que manifestem interesse no desempenho das funções ou, na sua falta, por sorteio.

4. O auditor certificado nomeado através de sorteio, pode escusar-se, invocando incompatibilidade, impedimento ou outra justa causa a, ser apreciada pelo Conselho Disciplinar.

5. Se o Conselho Disciplinar der provimento à escusa, proceder-se-á a novo sorteio.

Artigo 68.º**Contrato de Certificação**

1. A actividade de certificação de contas só pode ser exercida mediante contrato de prestação de serviços, não sendo admissível o estabelecimento de um vínculo laboral relativamente a esta função.

2. Estes contratos são celebrados sob forma escrita em conformidade com o modelo a definir pelo Conselho Directivo, com especificação das partes contratantes, a natureza e duração do serviço, sob pena de nulidade.

3. A nulidade do contrato não é oponível a terceiros de boa-fé.

4. A celebração, modificação ou resolução dos contratos previstos neste Artigo estão sujeitas a registo na Ordem, no prazo de 30 dias após verificação do facto constitutivo, modificativo ou extintivo, incumbindo à empresa ou entidade que os celebre e ao auditor contratado a respectiva comunicação.

5. O disposto no número anterior não é aplicável às alterações relativas à remuneração acordada.

6. O não cumprimento da obrigação de registo implica a ineficácia do contrato, que persiste até à sua efectivação, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que incorre o auditor certificado que não efectue a comunicação prevista no número anterior.

Subsecção III Incompatibilidades e Impedimentos

Artigo 69.º Garantias de Imparcialidade

1. Para além da incompatibilidade genérica com qualquer actividade ou função que implique a diminuição da dignidade e do prestígio da profissão, ou que ofenda os princípios de ética e deontologia profissional a ela inerentes, é ainda incompatível com o exercício da profissão de auditor certificado:

- a) O exercício actual, ou nos últimos dois anos, de funções de administração, gestão, direcção, ou gerência em empresas ou outras entidades, públicas ou privadas, relativamente às quais o auditor certificado preste serviços no âmbito das suas funções reservadas ou em empresas que com aquelas estejam directamente relacionadas;
- b) O exercício actual, ou nos últimos dois anos, de quaisquer funções de contabilista em empresas ou entidades, públicas ou privadas, relativamente às quais o auditor certificado tenha de pronunciar-se no exercício das suas funções reservadas ou em empresas que com aquelas estejam directamente relacionadas;
- c) A existência de vínculo laboral ou a prestação de serviços remunerados com carácter de permanência a empresas ou entidades, públicas ou privadas, relativamente às quais o auditor certificado tenha de pronunciar-se no exercício das suas funções reservadas ou em empresas que com aquelas estejam directamente relacionadas.

2. Entende-se que as empresas ou entidades se encontram relacionadas quando uma delas detenha uma participação no capital da outra, directamente ou por interposta pessoa, ou ainda, independente-

mente de participação no capital, possa de algum modo determinar a administração ou exercer o direito de voto em Assembleia ou nos respectivos órgãos de administração ou gestão.

3. As circunstâncias referidas no número 1 deste Artigo, quando se refiram a sócios de sociedades de auditores certificados, só constituem incompatibilidade relativamente a esses auditores certificados.

Artigo 70.º Impedimentos

1. Os auditores certificados estão impedidos de exercer funções de administração, gestão, direcção ou gerência em empresa ou entidade onde tenham desempenhado, no último ano, funções de certificação de contas, exceptuando os casos em que tal exercício emane de disposição legal.

2. A violação do disposto no número precedente constitui infracção disciplinar punível.

Artigo 71.º Limites Máximos de Pontuação

1. Os auditores certificados que exerçam a profissão em regime de exclusividade têm direito a um total de 25 pontos anuais, calculados de acordo com o respectivo quadro de pontuação.

2. Os auditores certificados que exerçam a profissão em regime de não exclusividade têm direito a um total de 10 pontos anuais, calculados de acordo com o respectivo quadro de pontuação.

3. Os limites aplicáveis às sociedades de auditores certificados correspondem à soma dos pontos dos sócios, multiplicada por um coeficiente de 1,2, o qual é de 1,6 no caso de todos os sócios exercerem a profissão em regime de exclusividade.

4. Uma vez que os limites previstos nos números anteriores sejam atingidos, ficam os auditores certificados automaticamente impedidos de celebrar novos contratos de certificação, sob pena de incorrerem em infracção disciplinar punível.

5. Em situações excepcionais, pode o Conselho Directivo autorizar o alargamento temporário dos limites máximos de pontuação, o qual é sempre extensivo a todos os auditores e sociedades de auditores devidamente certificados.

6. Para efeitos do limite fixado nos números anteriores, as entidades referidas nos mesmos são pontuadas com referência ao total do seu volume de negócios em milhares de dobrás, de acordo com a tabela fixada no regulamento interno da Ordem.

CAPÍTULO IV **Do Acesso à Profissão**

Secção I **Do Acesso à Profissão de Contabilista** **Certificado**

Artigo 72.º **Requisitos de Inscrição**

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamento de Admissão, Estágios e Exames, podem inscrever-se na categoria de contabilistas certificados as pessoas que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, desde que se verifique o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Possuam formação superior que confira grau de licenciatura nos domínios de Contabilidade, Gestão, Economia, Finanças ou outras de natureza similar que sejam reconhecidos pela Ordem;
- b) Não tenham sido condenados por qualquer crime cuja pena abstractamente aplicável seja superior a três anos de prisão, nem tenham sido declarados incapazes de administrar a sua pessoa e/ou bens, por sentença transitada em julgado, sem prejuízo do disposto no número 4 do presente Artigo;
- c) Sejam considerados aptos na entrevista de avaliação técnico-profissional;
- d) Sejam aprovados no exame previsto no Regulamento de Admissão, Estágios e Exames.

2. A conversão em associados certificados dos associados correspondentes que venham a estabelecer residência em São Tomé e Príncipe opera-se mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Técnico, desde que reunidos os seguintes requisitos:

- a) Não terem sido condenados por qualquer crime cuja pena abstractamente aplicável seja superior a três anos de prisão, nem te-

rem sido declarados incapazes de administrar a sua pessoa e/ou bens, por sentença transitada em julgado, sem prejuízo do disposto no número 4 do presente Artigo;

- b) Sejam aprovados em exame especial nas matérias de direito comercial, contabilidade e fiscalidade, a definir pelo Conselho Técnico.

3. A inscrição de estrangeiros está sujeita ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Encontrarem-se qualificados por organizações profissionais reconhecidas pelo IFAC;
- b) Não tenham sido condenados por qualquer crime cuja pena abstractamente aplicável seja superior a três anos de prisão, nem tenham sido declarados incapazes de administrar a sua pessoa e/ou bens por sentença transitada em julgado, sem prejuízo do disposto no número seguinte;
- c) Façam prova de residência em São Tomé e Príncipe há, pelo menos, cinco anos;
- d) Sejam aprovados em exame especial nas matérias de direito comercial, contabilidade e fiscalidade a definir pelo Conselho Técnico.

4. Os condenados criminalmente que tenham obtido reabilitação judicial podem obter a sua inscrição, desde que demonstrem idoneidade moral para o exercício da profissão e preencham os demais requisitos.

5. Sem prejuízo dos requisitos gerais aplicáveis, é ainda aceite a inscrição de estrangeiros, no caso de existir tratamento recíproco por parte do Estado da respectiva nacionalidade.

Artigo 73.º

Dispensa de Exame

1. São dispensados de exame de selecção, mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Técnico, os candidatos relativamente aos quais se verifique possuírem qualificações académicas, a nível de licenciatura, desde que:

- a) O programa do respectivo curso inclua as disciplinas sujeitas a exame para efeitos de inscrição na Ordem;
- b) A carga horária dessas disciplinas seja considerada suficiente.

2. A dispensa de exame de selecção não implica dispensa do exame final, que é de realização obrigatória.

Secção II **Do Acesso à Profissão de Auditor**

Artigo 74.º

Requisitos de Inscrição

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamento de Admissão, Estágios e Exames, podem inscrever-se na categoria de auditores certificados as pessoas que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, desde que se verifiquem os seguintes requisitos:

- a) Possuam no mínimo licenciatura e pós graduação nos domínios da Contabilidade, Gestão de Empresas, Economia, Finanças ou outros de natureza similar que sejam reconhecidos pela Ordem;
- b) Não tenham sido condenados por qualquer crime cuja pena abstractamente aplicável seja superior a três anos de prisão, nem tenham sido declarados incapazes de administrar a sua pessoa e/ou bens, por sentença transitada em julgado, sem prejuízo do disposto no número 4 do presente Artigo;
- c) Realizem com aproveitamento o estágio de um ano previsto no Regulamento de Admissão, Estágios e Exames;
- d) Sejam considerados aptos na entrevista de avaliação técnico-profissional;
- e) Sejam aprovados no exame previsto no Regulamento de Admissão, Estágios e Exame.

2. A inscrição dos associados correspondentes que venham a estabelecer residência em São Tomé e Príncipe opera-se mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Técnico da Ordem, desde que verificados os seguintes requisitos:

- a) Não tenham sido condenados por qualquer crime cuja pena abstractamente aplicável seja superior a três anos de prisão, nem tenham sido declarados incapazes de administrar a sua pessoa e/ou bens, por sentença transitada em julgado, sem prejuízo do disposto no número 4 do presente Artigo;
- b) Sejam aprovados em exame especial nas matérias de direito comercial e fiscalidade a definir pelo Conselho Técnico.

3. A inscrição de estrangeiros está vedada, sendo permitido apenas em regime de parceria com auditores são-tomenses inscritos na Ordem, devendo reunir os seguintes requisitos:

- a) Encontrarem-se qualificados por organizações profissionais reconhecidas pelo IFAC;
- b) Não terem sido condenados por qualquer crime cuja pena abstractamente aplicável seja superior a três anos de prisão, nem terem sido declarados incapazes de administrar a sua pessoa e/ou bens, por sentença transitada em julgado, sem prejuízo do disposto no número 4 do presente Artigo.

4. Os condenados criminalmente que tenham obtido reabilitação judicial podem obter a sua inscrição, desde que demonstrem idoneidade moral para o exercício da profissão e preencham os demais requisitos.

Artigo 75.º

Estágio e Exame

1. O estágio para auditor certificado tem a duração de um ano, com o mínimo de 500 horas, 2/3 (dois terços) das quais devem ser despendidas junto de um patrono devidamente habilitado com o título de auditor certificado ou sociedade de auditores certificados, devendo neste último caso ser designado um dos sócios como responsável pela supervisão do estágio.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, os patronos devem estar inscritos na Ordem há, pelo menos, dois anos.

3. Durante o estágio são objecto de avaliação os conhecimentos dos candidatos relativamente às matérias que integram o programa de exame para a categoria de auditor certificado.

4. Constitui condição necessária de admissão ao exame a realização do estágio com aproveitamento.

Artigo 76.º

Redução e Dispensa de Estágio

1. São dispensados de estágio, mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Técnico, os candidatos a auditores certificados que possuam experiência adequada e comprovada na área financeira e contabilística de, no mínimo cinco anos.

2. É ainda reduzido o período de estágio ao mínimo de seis meses, aos candidatos que, sob proposta do respectivo patrono, demonstrarem experiência adequada nas disciplinas que integram o programa de exame para auditor certificado.

Secção III

Regime Transitório de Admissão

Artigo 77.º

Admissão de Contabilistas

1. Durante um período que não deve exceder dois anos, a contar da data de entrada em vigor do presente Estatuto, vigora, a título excepcional, o regime transitório de admissão de contabilistas certificados estabelecido nos números seguintes.

2. Beneficia de um regime de admissão imediata, mediante requerimento à Ordem, os candidatos que:

- a) Se encontrem no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos;
- b) Possuam um mínimo de 11 anos de escolaridade, com aproveitamento;
- c) Não tenham sido condenados por qualquer crime cuja pena abstractamente aplicável seja superior a três anos de prisão nem tenham sido declarados incapazes de administrar a sua pessoa e/ou bens por sentença transitada em julgado;
- d) Possuam experiência adequada e comprovada na área contabilística de, no mínimo, 10 anos;
- e) Sejam considerados aptos em entrevista de avaliação curricular e de conhecimentos técnico-profissionais a efectuar pela Ordem.

3. Os candidatos que possuam habilitações académicas, ao nível de bacharelato ou licenciatura, nos domínios de Contabilidade, Gestão de Empresas, Economia, Finanças ou outros de natureza similar, e que possuam experiência comprovada na área contabilística, são automaticamente admitidos, sem prejuízo de a Ordem, nos casos em que se suscitem dúvidas justificadas sobre a suficiência dos programas dos cursos respectivos, poder submeter os candidatos a uma entrevista de avaliação técnico-profissional.

4. A título excepcional, beneficiam ainda do regime de admissão imediata, no decurso do período transitório e mediante requerimento à Ordem, os candidatos que possuam como habilitações o 9.º ano de escolaridade, provem experiência profissional igual ou superior a 15 anos e tenham frequentado, com aproveitamento, acções de aperfeiçoamento profissional, reconhecidas pela Ordem.

5. Ainda, a título excepcional, beneficiam de admissão imediata os candidatos que não abrangidos pelo número anterior que tenham idade superior a 50 anos, com experiência profissional devidamente reconhecida pela Ordem.

Artigo 78.º

Admissão de Auditores

1. Durante o período transitório, que não deve exceder dois anos, vigora, a título excepcional, o regime de admissão de auditores certificados estabelecido nos números seguintes.

2. Beneficiam de um regime especial de admissão, mediante requerimento à Ordem, os candidatos que preencham as condições previstas nas alíneas a) e c) do número 2 do artigo anterior e ainda:

- a) Possuam habilitações académicas ao nível de licenciatura, nos domínios de Contabilidade, Gestão de Empresas, Economia, Finanças ou outros de natureza similar;
- b) Possuam cinco anos de experiência comprovada em funções públicas ou privadas nas áreas financeiras e de contabilidade e que se reputem adequadas ao exercício da profissão de auditor certificado;
- c) Sejam considerados aptos em entrevista de avaliação curricular;

- d) Sejam aprovados em exame técnico-profissional em matérias a definir pela Ordem.

3. Os auditores certificados pelo Ministério encarregue pela área das Finanças até à data de entrada em vigor do presente Estatuto têm admissão directa e imediata.

Artigo 79.º

Admissão de Sociedades Internacionais de Auditoria

1. Durante o período transitório, que não deve exceder dois anos, vigora, a título excepcional, um Regime Provisório de Admissão de sociedades de auditoria de reconhecida projecção internacional, a ser definido pela Ordem no Regulamento Interno.

2. No final do período referido no número anterior, só são admitidas a título definitivo as sociedades internacionais que reúnam as condições que são posteriormente definidas pela Ordem no Regulamento Interno.

CAPITULO V Das Sociedades

Secção I

Das Sociedades de Contabilistas Certificados

Artigo 80.º

Requisitos e Registo

1. Só podem inscrever-se na Ordem as sociedades de contabilistas certificados em que a maioria dos sócios detenha essa categoria profissional.

2. Nenhum contabilista pode ser sócio ou membro do quadro técnico de mais de uma sociedade de contabilistas certificados.

3. As sociedades de contabilistas certificados estão sujeitas ao regime de inscrição obrigatória na Ordem, a qual é condição necessária para o exercício de quaisquer funções próprias da profissão de contabilista certificado em todo o território nacional.

4. Os sócios de sociedades de contabilistas certificados que não detenham a categoria de contabilistas certificados devem exercer profissões em áreas que interessem aos fins prosseguidos pela socieda-

de, nomeadamente nas áreas do Direito, Economia ou Gestão.

Artigo 81.º

Denominação

1. As sociedades de contabilistas certificados inscritas na Ordem, e só estas, devem usar ou incluir na designação social a expressão “Sociedade de Contabilistas Certificados”.

2. É expressamente proibida a utilização da expressão referida no número anterior na firma ou designação social de qualquer entidade que não preencha os requisitos estabelecidos nesta Secção, ou de quaisquer expressões similares susceptíveis de induzir em erro ou causar confusão.

3. Em toda a sua documentação e correspondência externa, as sociedades de contabilistas certificados devem mencionar, obrigatoriamente, “Inscrita na Ordem, sob o número [x]”.

Artigo 82.º

Objecto

As sociedades de contabilistas certificados têm o direito de exercer, através dos seus sócios e/ou colaboradores, em todo o território nacional as funções próprias da profissão de contabilista certificado, designadamente as previstas no artigo 50.º do presente Estatuto.

Artigo 83.º

Natureza Jurídica e Legislação Aplicável

1. As sociedades de contabilistas certificados devem adoptar a forma de sociedade por quotas ou anónima, ficando sujeitas à legislação que regule o respectivo tipo societário, em tudo o que não contrarie o disposto no presente Estatuto.

2. As sociedades de contabilistas certificados encontram-se ainda adstritas ao cumprimento dos deveres aplicáveis aos Associados, com ressalva dos que pressuponham esta qualidade.

Artigo 84.º

Registo do Contrato de Sociedade e suas Alterações

1. Os contratos constitutivos de sociedades de contabilistas certificados estão sujeitos a registo na Ordem, cujo processo se inicia com a apresentação

de uma cópia integral dos mesmos na Ordem no prazo de 60 dias a contar da respectiva celebração, cabendo ao Conselho Técnico emitir parecer sobre a conformidade dos mesmos com as disposições do presente Estatuto, no prazo de 30 dias a contar da respectiva recepção.

2. O parecer do Conselho Técnico é objecto de notificação à sociedade.

3. No caso de parecer favorável, o registo da sociedade na Ordem deve ser requerido no prazo de 60 dias, a contar da notificação referida no número precedente.

4. O Conselho Técnico deve comunicar ao Conselho Directivo o seu parecer favorável ao registo da sociedade de contabilistas, para efeitos da correspondente inclusão na lista nacional de contabilistas certificados.

5. O disposto nos números anteriores é também aplicável, com as necessárias adaptações, a qualquer alteração verificada nos contratos de sociedades de contabilistas certificados, bem como no que concerne a dissolução e extinção das mesmas.

Secção II **Das Sociedades de Auditores Certificados**

Artigo 85.º **Requisitos e Registo**

1. Só podem inscrever-se na Ordem as sociedades de auditores certificados e empresas de consultoria em que a maioria dos sócios detenha essa categoria profissional.

2. Nenhum auditor certificado pode ser sócio ou membro do quadro técnico de mais de uma sociedade de auditores certificados.

3. As sociedades de auditores certificados estão sujeitas ao regime de inscrição obrigatória na Ordem, a qual é condição necessária para o exercício de quaisquer funções próprias da profissão de auditor certificado em todo o território nacional.

4. Os sócios de sociedades de auditores certificados que não detenham a categoria de auditores certificados devem exercer profissões em áreas que interessem aos fins prosseguidos pela sociedade, nomeadamente nas áreas do Direito, Economia ou Gestão.

5. A inscrição das sociedades internacionais de auditoria fica dependente do preenchimento cumulativo dos requisitos previstos neste Artigo e nos números 2 e 3 do artigo 74.º do presente Estatuto.

Artigo 86.º **Denominação**

1. As sociedades de auditores inscritas na Ordem, e só estas, devem usar ou incluir na designação social a expressão “Sociedade de Auditores”.

2. A firma das sociedades de auditores certificados deve ser constituída pelo nome de todos os sócios, ou pelo menos de alguns deles, por extenso ou abreviadamente, e ainda conter a expressão referida no número anterior.

3. É expressamente proibida a utilização da expressão referida no número 1 na firma ou designação social de qualquer entidade que não preencha os requisitos estabelecidos neste Capítulo, ou de quaisquer expressões similares susceptíveis de induzir em erro ou causar confusão.

4. Em toda a sua documentação e correspondência externa, as sociedades de Auditores certificados devem mencionar, obrigatoriamente, “Inscrita na Ordem, sob o número [x]”.

Artigo 87.º **Objecto**

As sociedades de auditores certificados têm o direito de exercer em todo o território nacional as funções próprias da profissão de auditor e contabilista certificado, designadamente as previstas nos termos do presente Estatuto.

Artigo 88.º **Natureza Jurídica e Legislação Aplicável**

1. As sociedades de auditores certificados devem adoptar a forma de sociedades civis, dotadas de personalidade jurídica, ficando sujeitas ao regime jurídico estabelecido para sociedades desta natureza, em tudo o que não contrarie o disposto no presente Estatuto.

2. É aplicável o regime das sociedades por quotas, no que respeite aos requisitos de capital social e entradas, administração, relatórios e contas do exercício e, subsidiariamente, aos casos omissos, o disposto na lei civil.

3. As sociedades de auditores certificados encontram-se ainda adstritas ao cumprimento dos deveres aplicáveis aos Associados, com ressalva dos que pressuponham esta qualidade.

Artigo 89.º

Registo de contrato de Sociedade e suas Alterações

1. Os contratos constitutivos de sociedades de auditores certificados estão sujeitos a registo na Ordem, cujo processo se inicia com o depósito de uma cópia integral dos mesmos na sede da Ordem, no prazo de 60 dias a contar da respectiva celebração.

2. A cópia dos contratos de sociedade é submetida ao Conselho Técnico que emite parecer sobre a conformidade das mesmas à luz do presente Estatuto, no prazo de 30 dias a contar da respectiva recepção.

3. O parecer do Conselho Técnico é objecto de notificação à sociedade pelos serviços da Ordem.

4. No caso de parecer favorável, o Conselho Técnico deve comunicar ao Conselho Directivo, para efeitos da correspondente inclusão da sociedade de auditores na lista nacional de auditores certificados.

5. O disposto nos números anteriores é também aplicável, com as necessárias adaptações, a qualquer alteração verificada nos contratos de sociedades de auditores certificados, bem como no que concerne a dissolução e extinção das mesmas.

CAPÍTULO VI

Da Responsabilidade Profissional

Artigo 90.º

Responsabilidade Profissional

1. Os auditores e contabilistas certificados que exerçam a profissão de modo independente, bem como as sociedades de auditores e de contabilistas certificados são responsáveis por todos os seus actos profissionais e/ou dos seus colaboradores, respondendo pelos mesmos na medida da sua culpa.

2. Todos os actos próprios da profissão de auditor e de contabilista certificados em que intervenham sociedades de auditores ou de contabilistas certificados respectivamente, devem ser assinados por um sócio certificado, cujo nome é referido expressa-

mente, o qual assume a responsabilidade profissional pelos mesmos.

Artigo 91.º

Seguro de Responsabilidade Profissional

1. Os auditores e contabilistas certificados que exerçam a profissão de modo independente, bem como as sociedades de auditores e contabilistas certificados são obrigados a contratar e manter seguro de responsabilidade profissional de acordo com as condições a serem estabelecidas por regulamento interno a emitir pelo Conselho Directivo.

2. Os Associados e as sociedades de auditores e contabilistas certificados que não fizerem prova de que a sua responsabilidade profissional se encontra adequadamente coberta por seguro, nos termos e montantes definidos pela Ordem, têm imediatamente suspenso a sua inscrição e registo, com a correspondente inibição do exercício da profissão.

3. A suspensão é levantada a requerimento dos Associados ou das sociedades de auditores e contabilistas certificados, logo que seja feita prova da regularização da situação.

CAPÍTULO VII

Da Responsabilidade Disciplinar

Artigo 92.º

Regulamento Disciplinar

1. Os auditores e contabilistas certificados encontram-se sujeitos à jurisdição disciplinar exclusiva dos órgãos da Ordem, sem prejuízo do direito de recurso aos tribunais nos termos previstos na lei e no presente Estatuto.

2. As infracções disciplinares e respectivo regime sancionatório, e bem assim a respectiva tramitação processual e regime de recursos, são obrigatoriamente reguladas por um Regulamento Disciplinar a aprovar pelo Conselho Directivo sob proposta do Conselho Disciplinar, com observância do disposto neste Capítulo.

Artigo 93.º

Responsabilidade Disciplinar dos Associados

Comete infracção disciplinar o Associado que, por acção ou omissão, violar, com dolo ou mera culpa, algum dos deveres estabelecidos no Estatuto e nos regulamentos da Ordem ou em outros norma-

tivos aplicáveis, bem como os normalmente decorrentes das suas funções.

Artigo 94.º

Responsabilidade Disciplinar das Sociedades de Auditores e Contabilistas Certificados

São aplicáveis às sociedades de auditores e contabilistas certificados as regras sobre responsabilidade disciplinar constantes do presente capítulo, com as seguintes especificidades:

- a) O procedimento disciplinar contra a sociedade é independente do que couber contra os Associados que sejam seus sócios ou membros do respectivo quadro técnico;
- b) Constituem faltas disciplinares da sociedade as praticadas por qualquer dos Associados que sejam seus sócios ou membros do respectivo quadro técnico, agindo em nome e por conta da sociedade.

Artigo 95.º

Prescrição

O procedimento disciplinar extingue-se por prescrição quando sobre a prática da infracção tenha decorrido o prazo de cinco anos.

Artigo 96.º

Penas Disciplinares

1. As penas disciplinares são:

- a) Admoestação;
- b) Advertência registada;
- c) Multa até ao valor correspondente a 10 salários mínimos aplicados na Função Pública;
- d) Suspensão até um ano;
- e) Suspensão entre um e três anos;
- f) Expulsão.

2. As penas a aplicar aos Associados são decididas pelo Conselho Disciplinar após finalização do competente processo disciplinar e a estes comunicadas.

Artigo 97.º

Gradação das Penas

Na aplicação das penas deve ter-se em conta a gravidade e as consequências da falta praticada e o grau de culpabilidade do arguido, os seus antecedentes profissionais e disciplinares e as demais circunstâncias do caso.

Artigo 98.º

Regime Geral do Processo

1. A tramitação processual a incluir no Regulamento Disciplinar deve salvaguardar todas as garantias de audição e defesa dos Associados contra quem seja instaurado um processo disciplinar, incluindo o direito de ser assistido por advogado em todos os actos do processo e o primado do princípio do contraditório.

2. O processo disciplinar tem sempre carácter urgente, não devendo a excessiva dilação da decisão traduzir-se na denegação de princípios de justiça ou dos direitos do arguido.

3. O prazo entre a instauração do processo e a notificação da decisão ao arguido não deve exceder 90 dias.

4. O processo disciplinar está sujeito ao regime de segredo de justiça até à notificação da decisão.

Artigo 99.º

Suspensão Preventiva

1. Se entender haver indiciariamente lugar à aplicação de pena de suspensão ou expulsão e, simultaneamente, considerar inconveniente para a dignidade da profissão ou da própria Ordem, ou para a salvaguarda de interesses relevantes de terceiros, a continuidade do desempenho de funções profissionais por parte do arguido, pode o Conselho Disciplinar suspende-lo preventivamente.

2. A suspensão preventiva mantém-se até à conclusão do processo, mas caduca três meses depois da decisão respectiva, só podendo ser renovada por nova decisão do Conselho Disciplinar se continuarem a verificar-se os requisitos previstos no número anterior e a demora na conclusão do processo se dever a actos dilatatórios do arguido.

3. É de 10 dias úteis o prazo máximo concedido ao arguido para satisfação das solicitações que lhe forem feitas no âmbito do processo disciplinar.

4. Das decisões de aplicação e de renovação da suspensão preventiva cabe recurso para o Conselho Directivo, que sobe de imediato.

5. Aplica-se às medidas de suspensão preventiva o disposto para as penas de suspensão, nomeadamente quanto à publicidade e comunicação.

Artigo 100.º

Expulsão

A aplicação da pena de expulsão implica a proibição do exercício da profissão, devendo ser aplicada apenas em casos extremos em que o comportamento do arguido revele uma impreparação tal ou uma acção ética ou deontológica que torne inviável a sua manutenção como profissional certificado, por representar grave dano para a dignidade da profissão e para o bom nome da Ordem.

Artigo 101.º

Publicidade e Comunicação

1. O Bastonário manda sempre dar a devida publicidade à aplicação a qualquer Associado das penas de suspensão ou expulsão, promovendo ainda a sua imediata comunicação ao Ministério das Finanças.

2. Nenhuma das penas não referidas no número anterior pode ser tornada pública.

Artigo 102.º

Deveres de Colaboração

1. Sem prejuízo do dever de sigilo profissional e das regras legais à ele aplicáveis, todos os Associados, pessoas e entidades terceiras, incluindo quaisquer pessoas ou entidades prestadoras de serviços de auditoria e contabilidade, são obrigados a facultar ao Conselho Disciplinar todas as informações e demais elementos necessários ou convenientes à averiguação da existência de infracção disciplinar e instrução do respectivo processo.

2. O pedido de informações e demais elementos deve ser apresentado por escrito à pessoa ou entidade visada, com assinatura do Presidente ou Vice-Presidente do Conselho Disciplinar.

3. A pessoa ou entidade a quem seja solicitada a prestação de informações e demais elementos fica sujeita a estrito dever de sigilo sobre o pedido e todos os elementos deles constantes, sob pena de eventual responsabilidade civil nos termos da lei geral.

Artigo 103.º

Responsabilidade Civil e Criminal

1. A verificação de responsabilidade disciplinar é independente da existência, em simultâneo, de responsabilidade criminal ou civil.

2. À responsabilidade criminal ou civil aplicam-se as disposições estabelecidas pela lei geral, sendo a respectiva apreciação da competência dos tribunais.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

AVISO

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no *Diário da República*, a sua assinatura ou falta de remessa, deve ser dirigida ao Centro de Informática e Reprografia do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos – Telefone: 2225693 - Caixa Postal n.º 901 – E-mail: cir-reprografia@hotmail.com São Tomé e Príncipe. - S. Tomé.